

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Divulgação/Munir Neto



Proposta agora segue para decisão do governador

Projeto que regulariza igrejas de Munir Neto é aprovado

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta segunda-feira (30), um projeto de lei de autoria do deputado Munir Neto (PSD) que garante que os imóveis destinados ao culto e a atividades religiosas, sem fins lucrativos, possam ser incluídos em

programa de regularização fundiária desde que atendam a requisitos técnicos e legais. A proposta segue para o governador, que tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la. O projeto, segundo Munir, se trata de uma questão que vai além do religioso.

Dificuldades com documentação

“Muitos desses espaços prestam serviços sociais importantes, mas enfrentam dificuldades por não terem a documentação regularizada. A partir da sanção, poderão receber a certidão de posse e uso

do imóvel, após a vistoria técnica do Estado”, afirmou o parlamentar. Poderão ser beneficiados imóveis em áreas urbanas ou de expansão urbana, com edificação aprovada pelo órgão competente.

Agradecimentos

Munir aproveitou para agradecer líderes religiosos que ajudaram a construir o projeto. “Eu quero agradecer muito ao Bispo Abner Ferreira, um dos maiores líderes cristãos do estado do Rio de Janeiro, e que nos

ajudou muito com outros líderes religiosos a escrever esse projeto. Entre eles o meu amigo pastor Rinaldo Dias, da Catedral da Assembleia de Deus Ministério de Madureira em Volta Redonda e região”.

Divulgação/Jari Oliveira



Projeto de participação popular terá edições em 5 cidades

Deputado Jari Oliveira vai intensificar agenda em julho

Aproveitando o recesso das sessões legislativas na Alerj, o deputado estadual Jari Oliveira (PSB) vai intensificar, durante o mês de julho, a agenda do projeto “Deputado na Sua Cidade” — uma das principais marcas de seu mandato participativo. Ao todo, cinco cidades do Sul Fluminense vão receber a tenda amarela,

símbolo do projeto que aproxima o mandato da população. Estão previstas edições em Volta Redonda, Angra dos Reis, Resende, Barra do Piraí (no distrito de Dorândia) e Barra Mansa. “Ouvimos sugestões, críticas e demandas, e também prestamos contas do nosso trabalho na Alerj”, destacou Jari.

Projeto no São Luiz

Nesta segunda-feira, dia 30, no bairro São Luiz, em Volta Redonda, aconteceu mais uma edição do projeto. Durante toda a manhã, moradores apresentaram reivindicações e dialogaram com o deputado e o prefeito. “Começamos a semana com o pé

direito. Toda demanda que recebemos é tratada com seriedade, buscando soluções reais junto aos órgãos competentes. Nosso mandato tem como prioridade escutar quem mais precisa e transformar essas escutas em ações concretas”, afirmou o parlamentar.

Saúde em primeiro lugar

A saúde em Barra Mansa foi evidenciada no último ranking divulgado do Programa Previne Brasil — referente ao primeiro quadrimestre de 2025. Com nota 9.19 no Indicador Sintético Final (ISF), o município alcançou a terceira posição no estado, sendo também primeiro

lugar entre as cidades que possuem mais de 100 mil habitantes. Instituído em 2019, o Previne Brasil é um programa de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), que determina o valor que as gestões municipais devem receber em repasses federais.

Barra do Piraí firma TAC para licitação de transporte público

Documento foi assinado nesta sexta-feira (27) junto ao MPRJ

Por Redação

Por meio da por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Barra do Piraí, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) assinou nesta sexta-feira (27) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a prefeitura da cidade. No documento, o Governo Municipal se compromete a seguir um cronograma para realização do processo licitatório necessário para uma nova concessão do serviço de transporte coletivo.

O TAC destaca que o transporte público coletivo é um serviço público essencial, de titularidade dos municípios, que devem organizá-lo e prestá-lo diretamente ou mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Porém, como o município de Barra do Piraí realizou a contratação emergencial de uma empresa para a prestação do serviço na cidade, iniciado em 17 de junho de 2024, e a Constituição proíbe a prorrogação dos contratos emergenciais e a recontração da mesma empresa, a prefeitura se comprometeu a realizar uma licitação para a contratação da nova empresa, que deverá ser escolhida até o dia 1º de outubro de 2025.

O acordo prevê que a realização da consulta presencial seja realizada até o dia 09 de



Arquivo/PMBP

Acordo definiu que prefeitura se comprometa a implementar medidas de segurança

julho, com divulgação do resultado e publicação do edital de licitação até o dia 18 de julho. O certame de concorrência deverá ser realizado até o dia 25 de agosto, com homologação e adjudicação até o dia 05 de setembro, e início da nova concessão no dia 1º de outubro.

Além disso, a prefeitura se comprometeu em implementar medidas para segurança e acessibilidade em pontos de embarque e desembarque dos ônibus, incluindo estrutura física, planejamento de suas localizações, pintura no asfalto, acessibilidade e instrumentos de comunicação social, para reduzir os riscos de acidentes e

garantir a dignidade dos usuários. Ainda, segundo o MPRJ, deverá ser implementado rotinas trimestrais de vistorias dos veículos, realizadas por agentes públicos com comprovada capacidade técnica.

A Redação do Correio Sul Fluminense entrou em contato com a assessoria de imprensa da prefeitura para entender qual o posicionamento do Governo Municipal sobre o novo acordo mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Insatisfação de moradores

Na época, a troca emergencial gerou muitas controvérsias

e dificuldades para os moradores de Barra do Piraí. Isso porque, a empresa contratada para assumir as operadoras inicialmente, a Viação Bamonte, não aceitava mais cartões do SINDPASS, que pegou os usuários de ônibus de surpresa. Foi necessário que moradores adquirissem novos cartões e por consequência, descartassem as recargas já feitas anteriormente no antigo cartão.

A mudança abrupta gerou insatisfação por parte dos moradores, especialmente pela necessidade de se cadastrar no novo sistema de transporte e também a falta de pontos de venda suficientes.

Angra inicia estudos para concessão de serviço de drones para áreas isoladas

Angra dos Reis publicou nesta sexta-feira (27), no Boletim Oficial, o edital do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para que empresas apresentem estudos visando à implantação de uma concessão para serviços de um projeto de aprimoramento das entregas em áreas isoladas da cidade, com o uso de drones. O prazo para manifestação vai até 18 de julho, e o edital está disponível no link: <http://bit.ly/4eyTN9m>.

A atuação da concessão pode contemplar também o uso de drones em serviços de emergência, como transporte de medicamentos ou atendimento a regiões isoladas, inspirado em modelos já implantados em cidades como Salvador. Além de oferecer à população uma opção logística ágil e de baixo impacto ambiental, a Prefeitura de Angra receberá, como contrapartida das empresas interessadas, imagens aéreas atualizadas anualmente e a disponibilidade de drones para produzir registros específicos que atendam às demandas da administração municipal.

— Esse projeto integra a estratégia do município de incentivar soluções inovadoras e sustentáveis para melhorar a infraestrutura



Divulgação/PMAR

Parceria busca soluções inovadoras para logística

urbana e os serviços prestados à população. Acreditamos que projetos como esse, com drones, podem transformar a forma como atendemos nossas comunidades, especialmente as mais isoladas, e oferecer benefícios diretos para todos os angrenses — destacou o prefeito Cláudio Ferretti.

Objetivo dos estudos

Os estudos têm como objetivo avaliar a viabilidade técnica,

econômica e ambiental de operações aéreas que possam trazer mais agilidade e eficiência para a cidade, além de explorar possibilidades futuras, como transporte de medicamentos e atendimento a áreas de difícil acesso.

As áreas destinadas a estruturas de pouso e decolagem ainda não foram definidas e serão determinadas a partir dos estudos que as empresas interessadas deverão elaborar.

Esses levantamentos também deverão mapear e mitigar eventuais impactos à população, garantindo que não ocorram conflitos com moradores ou atividades locais, além de analisar o impacto do tráfego de drones na segurança aérea e urbana de Angra.

Inscrições

O prazo para manifestação de interesse vai até o dia 18 de julho e pode ser prorrogado a critério da Prefeitura de Angra. Para participar, as empresas devem atender a todos os requisitos estabelecidos no edital.

Após o término do prazo de inscrição, a Prefeitura terá 10 dias para analisar os requerimentos e emitir as autorizações para a realização dos estudos. As empresas autorizadas terão 90 dias corridos para concluir seus levantamentos. Em seguida, os estudos ficarão disponíveis por 30 dias em consulta pública, permitindo que o mercado e a sociedade contribuam para o aprimoramento do projeto.

Dúvidas sobre o edital podem ser esclarecidas pelo site oficial ppp.angra.rj.gov.br/ ou pelo e-mail angra.ppp@angra.rj.gov.br.

Conferência discute direito dos idosos

A Prefeitura de Volta Redonda realizou, nesta segunda-feira, dia 30, a VI Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no Clube Comercial, no bairro São Geraldo. Promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Smass) e pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI/VR), o encontro teve como tema central “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”.

Com participação da sociedade civil, idosos usuários dos serviços, profissionais e representantes do Poder Público, o evento teve como objetivo discutir os desafios do envelhecimento e construir propostas para fortalecer as políticas públicas destinadas à população idosa. A conferência também marcou a preparação para a etapa estadual e, posteriormente, nacional.

Atualmente, Volta Redonda

tem cerca de 37 mil pessoas com 60 anos ou mais, o que representa aproximadamente 21% da população, de acordo com o Censo de 2022. Entre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a cidade ocupa a 10ª posição com maior proporção de pessoas idosas. Além disso, o município apresenta uma das maiores expectativas de vida do estado do Rio de Janeiro, superando os 78 anos — reflexo do investimento em saúde, segurança,

assistência social e nas políticas de convivência para a terceira idade.

Um dos destaques nesse sentido são os 69 grupos de convivência ativos no município, que promovem inclusão social, autoestima, vínculos afetivos e envelhecimento com mais qualidade de vida. Esses espaços são considerados essenciais para o combate ao isolamento social, fortalecimento dos laços comunitários e incentivo à participação ativa na vida pública.